



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Ata da 195ª reunião ordinária, realizada em 14 de setembro de 2022

Em 14 de setembro de 2022, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente Marília Carvalho de Melo, representante da Semad. Representantes do poder público: Pedro D'Ângelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Igor Arci Gomes, da Secretaria de Estado de Cultura (Secult); Augusta Isabel Junqueira Fagundes, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Camila Barbosa Neves, da Secretaria de Estado de Planejamento; Daniela Fernandes César, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Henriqueta Vasconcelos Lemos Correia, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Mariana de Resende Franco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Kathleen Garcia Nascimento, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Major PM Eduardo Leal Silva, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Alírio Ferreira Mendes Junior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Cap. PM Adenilson Brito, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Lucas Marques Trindade, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Hilcélia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Rodrigo Lázaro, da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Érika Morreale Diniz, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg; Afonso Correa Diana, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre Valadares Mello, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG); Flávia Mourão Parreira do Amaral, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Ana Beatriz Rocholi, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Espeleogruppo Pains (EPA); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet); Thiago Torres Costa Pereira, da Universidade de Minas Gerais (Uemg); Luís Antônio Coimbra Borges, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); João Augusto

Hilário de Souza, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg); Walkiria Lima Ribeiro Machado, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG). Ausente: Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro). **Assuntos em pauta.** “Bom dia senhores Conselheiros, senhoras Conselheiras, do Conselho de Política Ambiental. Iniciamos a nossa 195ª reunião ordinária com a execução do Hino Nacional. **1) Execução do Hino Nacional.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) Abertura.** Constatado o quórum regimental, a presidente Marília Carvalho de Melo declarou aberta a 195ª reunião ordinária do Plenário do Copam, de 14 de agosto de 2022. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu gostaria inicialmente de dar as boas-vindas às novas conselheiras: Henriqueta, representante da Seinfra, Kathleen, representante da Sede e Érika, representante da Fiemg. Sejam todas e todos muito bem-vindos. Antes do comunicado dos conselheiros e assuntos gerais, eu quero aproveitar a reunião do Copam para, de público, parabenizar o nosso aniversariante do dia, Renato Brandão, Presidente da Feam, que hoje está fazendo aniversário: Parabéns e muitas felicidades. Obrigada, sempre, pela parceria com o Sisema, Parabéns, Renato! Bem, vamos então às inscrições dos conselheiros”. **3) Comunicados dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): “Boa tarde. Muito rapidamente, somente para enfatizar o nosso trabalho e divulgar um próximo evento que vamos fazer em Paracatu, dentre os vários eventos que realizamos aqui, tanto para conversar sobre outorga com os usuários, quanto para conversar com as novas Comissões Gestoras Locais - CGLs, que tem funcionado bastante aqui em Paracatu, sempre buscamos fazer eventos para divulgar e fazer uma interlocução entre o Igam e os usuários, com as CGLs e todos envolvidos. Nós do Movimento Verde, em parceria com o Comitê de Bacias de Paracatu, estamos desenvolvendo mais um evento que vai acontecer no dia 27, eu vou pedir para a secretaria permitir que eu compartilhe o flyer, informo que se trata de um evento em parceria com a Unidade Regional de Gestão das Águas do Noroeste de Minas, com a unidade de Fiscalização Noroeste de Minas e também teremos a participação do pessoal do IEF. Esse evento é para possibilitar que os usuários tirem suas dúvidas em torno de fiscalização e queria aproveitar esse momento para divulgar e enviar o convite para aqueles que quiserem participar, tem o QRCode, por meio do qual poderá se inscrever e será um prazer recebê-los aqui em nosso evento. Como eu falei, o nosso evento vai acontecer no dia 27 de setembro de 2022, em Paracatu, vai ser um evento presencial, nós vamos falar sobre a regularização de uso de recursos hídricos, haverá uma palestra do Ciro Leonardo, Coordenador da Unidade Regional do Noroeste de Minas (Urga Nor), teremos também a palestra sobre fiscalização dos usos, que será do Núcleo de Fiscalização também do Noroeste de Minas e ainda estamos para confirmar a palestra do Danilo do IEF, para falar sobre intervenção ambiental. Uma das ações que buscamos fazer, exatamente para poder mostrar para o usuário como ele deve agir frente à fiscalização ou frente à regularidade do seu empreendimento. Então, fica o convite para quem quiser participar, pode tirar uma foto do QRCode para fazer a inscrição ou comparecer de forma presencial. Obrigado”. Conselheiro Alexandre Valadares Mello (Ibram): “Boa tarde Secretária Marília, boa tarde a todas e a todos os conselheiros, é um prazer estar aqui novamente com vocês. Eu gostaria de fazer um convite, em cima da hora, mas ainda em tempo, para participarem da Exposibram 2022 e do Congresso de Mineração Brasileiro, que estamos realizando na Expominas. Começou na segunda-feira e termina amanhã à noite, ainda em tempo para os senhores visitarem a feira e participarem do Congresso. São grandes os temas discutidos sobre a mineração, entre eles a transição energética, a agenda de mudança do clima, a sustentabilidade de territórios minerados, diversificação econômica, entre outros. Fica aqui o convite a todos os colegas para participarem da Exposibram 2022. Muito obrigado”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro. Pelo nosso controle não há mais

inscrito. Eu pergunto se mais algum Conselho gostaria de se manifestar nesse item de pauta? Não havendo, vamos para o próximo item”. **4. Exame da Ata da 194ª RO de 08/06/2022.** Presidente Marília Carvalho de Melo: “Pergunto se há alguma consideração na ata disponibilizada”? Conselheiro Lucas Marques Trindade (MPMG): Boa tarde senhora Presidente, boa tarde a todos. Eu tenho um pedido de acréscimo na primeira página da Ata, quando da listagem dos representantes do Poder Público, não constou a minha presença. Então peço esse acréscimo, por gentileza. Seria somente isso”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada Conselheiro, o acréscimo será realizado. Mais algum Conselheiro gostaria de manifestar sobre a ata? Conselheiro João Augusto Hilário de Souza (Assemg): “Eu fiz a revisão referente as minhas participações registradas na Ata, fiz apenas alguns acertos de redação, de estrutura de frases, procurando não alterar o conteúdo. Eu acho que já estão marcados, como não houve alteração de conteúdo, eu acho que não deveriam gastar o tempo dos conselheiros passando ponto por ponto, mas se algum colega quiser, podemos fazer juntos a revisão. Então seria isso presidente Marília, eu peço a aprovação das alterações”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Ok. Consultei a Secretaria Executiva sobre as alterações de redação, tratam de melhoria de redação. Mais algum conselheiro gostaria de pontuar alterações? Não havendo, passamos à votação”. Aprovada pela maioria a ata da 194ª reunião ordinária do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 08 de junho de 2022, com as alterações solicitadas pelo MPMG e Assemg, conforme nova versão apresentada nesta sessão. Votos favoráveis: Semad, Seapa, SEE, Seplag, SES, Seinfra, Sedese, Sede, SEF, Crea/MG, PMMG, MPMG, ALMG, MMA, AMM, Faemg, Fiemg, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Fetaemg, Ibram, CMI/MG, Abes, Promutuca, EPA, Mover, Ufla, Assemg e OAB/MG. Abstenção: Cedec com a seguinte justificativa: “Eu não tive condições de ler, pois estou trabalhando em campo”). Ausentes no momento da votação: Secult, Segov, ACMinas, Amda, Cefet, Uemg e ABRHidro. Na sequência, a Presidente Marília Carvalho de Melo, passa para o item **5. Minuta de Deliberação Normativa Copam, para exame e deliberação: 5.1 Minuta de Deliberação Normativa que estabelece o regimento interno do Conselho Estadual de Política Ambiental.** Apresentação: Semad. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo (EPA): “Vamos pedir vista da minuta de Deliberação Normativa que estabelece o regimento interno do Copam. A justificativa é: poder fazer contato com outras organizações interessadas na temática, e trazer essas contribuições na próxima reunião agendada”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Ok Conselheira, vista concedida. Mais alguém”? Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti (Conselho da Micro e Pequena Empresa): “Eu também vou pedir vista da minuta do Regimento para avaliar as regras colocadas e discutir internamente com outras pessoas. Obrigado”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro”. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Eu também vou pedir vista. A justificativa é trazer de forma mais consolidada o funcionamento do Conselho, tendo em vista que foi pedido vista e que vai ser deliberado na próxima reunião”. Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): “Eu não sei se regimentalmente seria possível, mas eu acredito que tinha uma apresentação prevista, a ser feita para nós conselheiros. Se for possível fazer isso antes de retirar de vista do processo, para nós nos inteirmos. E posteriormente cada um segue com os seus relatos. Seria possível”? Presidente Marília Carvalho de Melo: “Conselheiro Tobias, depois do pedido de vista do item não é mais apreciado. Então se você quiser tirar alguma dúvida, a Secretaria de executiva está à sua disposição”. Conselheiro Adriano Nascimento Manetta (CMI-MG): “Eu acompanho o pedido de vista, porque de fato é norma de primeira importância e precisa de minúcia e cuidado na análise. E já pontuando, não me incomodaria em absoluto se houver uma extraordinária para tratar dessa questão antes da próxima reunião ordinária do Copam”. Conselheira Érika Morreale Diniz (Fiemg): “Eu gostaria

de acompanhar o pedido de vista, com a justificativa similar, de aprofundar aqui nos debates internos”. Posteriormente os conselheiros Cleinis de Faria e Silva (ACMinas), Alexandre Valadares Mello (Ibram) e Maria Dalce Ricas (Amda) se juntaram ao pedido de vista conjunta. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheira. Então, concedida vista concedida às seguintes entidades: Epa, Faemg, Fiemg, CMI-MG, Conselho da Micro e Pequena Empresa, ACMinas, Ibram e Amda. Ressalto que a Secretaria Executiva se coloca à disposição nesse período, para esclarecer qualquer dúvida de vocês. Então vamos ao próximo item da pauta”. **6. Políticas Públicas para a Fauna Doméstica no estado de Minas Gerais. Apresentação: Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento/Semad.** Presidente Marília Carvalho de Melo: “A apresentação será realizada pelo Superintendente de Gestão Ambiental, Diogo Franco, nós decidimos trazer essa apresentação aqui na reunião, porque se trata de uma competência assumida pela Secretaria de Meio Ambiente desde 2019, a partir de uma reorganização das competências do Sisema e mais recentemente tivemos uma reestruturação aqui na Secretaria, onde esse tema fauna doméstica passou a ser conduzido pela Subsecretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, especificamente pela Superintendência de Gestão Ambiental. Então, vamos apresentar hoje, os resultados dos avanços realizados nesse período, no qual a gestão ambiental assume o trabalho da fauna doméstica. Por favor, Diogo”. Diogo Soares de Melo Franco (Superintendente de Gestão Ambiental da Subsecretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Semad) realizou a apresentação que está disponível no site da Semad, podendo ser acessada pelo link: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/reuniao-de-plenario>. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Diogo! Em primeiro lugar, dizer que ficamos muito felizes por podermos apresentar esses resultados aqui. Ao preparar essa apresentação, nós ajudamos também a atuação da Subsecretaria de Fiscalização Ambiental (Sufis), quero fazer aqui a referência ao combate aos maus tratos de animais. Destacar que estamos na fase final de elaboração de um procedimento operacional padrão com a Polícia Militar, para ampliar a nossa atuação no combate aos maus tratos de animais, e registrar que hoje temos a certeza da decisão acertada que foi trocar a gestão da fauna doméstica que estava na fiscalização, como a própria natureza da fiscalização assim espera, tinha um foco apenas em maus-tratos, e quando levamos ela, ano passado, para a gestão ambiental queríamos tornar essa atuação mais ampla e hoje com resultados efetivos. Bem, dizer especialmente, o Diogo reforçou muito isso, na base informacional que nos dê condição a priorizar a política pública. Cada município tem uma população diferente de cães e gatos e outros animais também de grande porte, a questão dos maus tratos, ela traz para nós informações importantes de onde priorizar, e a equipe do Rodrigo e do Diogo, têm trabalhado muito nessa linha. Só reforçar uma coisa que o Diogo mencionou, o Programa ‘Conheça o seu Amigo’ para microchipagem de animais, o Dr. Lucas está aqui conosco, esse primeiro edital foi um decorrente de uma parceria com o Ministério Público, um TAC que nós assinamos com o Ministério Público e uma empresa do município de Nova Lima, que nos proporcionou ter esses microchips, fizemos um edital público com critérios técnicos também definidos e um ponto muito importante, os municípios que receberam o chip eles têm que dar de contrapartida, a castração do animal. Então, isso traz uma ampliação desse controle populacional tão importante. E nessas viagens, o Rodrigo estava me lembrando, nós tivemos, eu e Rodrigo, em Cristais, numa agenda de saneamento e vimos um bom exemplo de gestão municipal de fauna doméstica lá, porque muitas vezes os municípios acham que o ideal é retirar os animais da rua, leva-los para os abrigos de animais e nem sempre essa é a melhor solução. Em Cristais foi realizado um programa de cães e gatos comunitários, onde eles cuidam dos animais junto com a população, mas mantém eles na rua, soltos, com todo o controle, todos

microchipados. Então, é uma agenda que tem um apelo social muito importante. Hoje é uma demanda da sociedade e queria de novo aqui de público agradecer ao Rodrigo e ao Diogo, que assumiram essa agenda e em tão pouco tempo conseguimos entregar resultados tão efetivos. Bem, eu vejo aqui inscrita a conselheira Maria Teresa, a quem eu já passo a palavra”. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo (EPA): “Eu queria fazer uma pergunta para entender de que forma como a questão da fauna doméstica também é atribuição do poder público municipal, de que forma é que a atuação a nível de competência do Estado, junto com a competência Municipal, ela dialoga uma com a outra? E queria fazer uma solicitação, porque? Hoje aqui foi apresentado sobre a fauna doméstica, que ao nosso ver já existe uma atribuição muito clara dos municípios e da própria população. Então, diante desse termo usado pela Secretária, dados informacionais, com um bom arcabouço de conteúdo, de dados para políticas públicas e tomadas de decisão, eu gostaria de solicitar à Semad, a preparação de uma apresentação no foco da fauna silvestre no Estado, no âmbito também de dados, por exemplo, nos últimos três ou quatro anos, qual o total, para que áreas, para que tipo de animais foram dadas autorizações de resgate de fauna Silvestre, onde e qual a caracterização? Outra informação muito importante inclusive para estar na IDE-Sisema. Nos últimos cinco anos, quantas áreas diretamente afetadas, com a identificação de fauna silvestre em extinção ou fauna silvestre em risco de extinção, dialogando inclusive com a camada do Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais, com os dados do Atlas ou das informações a nível do Ibama, foram concedidas autorizações de supressão de vegetação ou intervenções ambientais, por mais diversas atividades? E isso, eu não vi ainda existir como base de dados, inclusive para se verificar o que nós, como sociedade, sentimos em relação à fauna silvestre, porque ao se ter essa base de dados completa, nós teremos um cenário muito importante sobre a situação real da fauna silvestre de Minas Gerais, no âmbito dos impactos aos seus ecossistemas, às suas características de territorialidade para a sua existência. Porque quando a gente lê pareceres únicos, ou EIAs ou as informações dadas pelos mais diversos empreendedores, a gente vê lá que estão as informações: ‘olha é uma área onde existem tais e tais espécies em extinção e tais e tais espécies em risco’. E tem o nome das espécies da fauna silvestre, essas áreas diretamente afetadas, os dados do seu tamanho e da sua localização, também, estão no acervo de dados do Sisema?” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu acho que houve uma falha na internet da Conselheira. Bem, vou iniciar aqui algumas considerações enquanto a conselheira retorna. Eu até mencionei aqui que ela tem toda a razão e isso tem sido uma demanda que apresentei à nova Diretora do IEF, Maria Amélia, tem um ano que ela está aqui conosco, que eu também sinto muita falta de uma política de fauna Silvestre estruturada para o estado de Minas Gerais. Inclusive, nenhuma legislação própria nós temos, como tem a de fauna doméstica. Então hoje, já existe uma minuta de Projeto de Lei, feita pelo IEF, sobre o assunto. O IEF se organizou muito na questão do Cetras (Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres). Então eu acho que o movimento foi primeiro da fauna doméstica, vamos atacar urgente. Urgente na fauna doméstica era atacar os maus tratos, urgente no IEF era, num processo de fiscalização, pegar os animais em situação irregular, leva-los para um Centro de Triagem e Reabilitação, para reintroduzi-los na natureza. Então, o IEF se estruturou, não ainda na nossa capacidade de atendimento pleno, estamos trabalhando nisso com o Cetras, mas de fato Conselheira Maria Teresa, falta ainda uma estruturação de uma política de fauna mais específica. Uma questão que eu sempre coloco: quais são os nossos animais em extinção? Nós temos o livro vermelho, mas ele precisa ser atualizado, inclusive há um recurso do acordo de Brumadinho para isso, que o IEF já está fechando o termo de referência. Eu estou falando em nome do IEF, mas é porque acompanho de perto esse tema. Então, a gente vai atualizar o livro vermelho

de animais em extinção, no estado de Minas Gerais e o que mencionei é o que sempre questiono ao IEF. A pergunta é: o que que nós estamos fazendo para tirar os animais em risco de extinção de risco de extinção, e o que que nós estamos fazendo para não deixar que outros animais entrem em risco de extinção? Isso para mim é uma política pública de fauna silvestre efetiva. Então, o IEF tem feito um trabalho sobre isso, a gente pode pautar uma apresentação na próxima reunião, sobre o que nós já temos e como estamos avançando e o que está planejado na linha de estruturação de uma política de fauna silvestre, no estado de Minas Gerais. Nós publicamos recentemente, a Resolução Conjunta Semad/IEF nº 3162, de 2022, publicada exatamente pela exigência de estudos de fauna em intervenções ambientais de todo o tipo, para que a gente possa ter um banco de dados efetivo no estado de Minas Gerais, por meio do instrumento do licenciamento e da autorização de supressão de vegetação. Esses dados vão ser trabalhados e disponibilizados na IDE-Sisema, para que da mesma forma que a fauna doméstica hoje tem esses dados, a gente tenha uma base de dados para gerenciar melhor ações, na fauna Silvestre. Eu passo a palavra ao Diogo, para que ele possa responder sobre a competência município/estado de fauna doméstica. Ressalto que a reunião ficará gravada, disponível na íntegra, e será registrada em ata, também”. Diogo Soares de Melo Franco (Superintendente da Suga/Suges/Semad): “Então Conselheiros, eu fiz essa comparação, essa associação com o saneamento para ajudar a ilustrar, mas é similar de fato, a competência é municipal, especificamente do manejo ético populacional, da identificação e do bem-estar animal de um modo geral e também da educação ambiental humanitária e cabe ao Estado apoiar o município, dar suporte técnico, desenvolver programas que vão dar suporte ao município nessas políticas. Especificamente, o Estado tem a competência de fazer o banco de dados que disponibilizamos, que é o sistema no que se refere à identificação. Então, se o Estado cumpriu a sua competência específica, que é fazer o sistema e disponibilizar, e dar por meio desses programas esse suporte aos municípios, exercendo em essência uma função de Estado mesmo, que no caso é mostrar para o município a questão territorial, dar informações, dar subsídios, apoio técnico, suporte, em determinados casos a gente também consegue via apoio da Assembleia, promover ações específicas nos municípios, mas é na mesma linha que a gente tem tratado o saneamento. O Estado tem dado suporte, ajudado os municípios a estruturar a coleta seletiva, ajudando os municípios a estruturar os seus sistemas de tratamento, disposição de lixo, com planejamento, com suporte técnico, com apoio mais específico, com dados para tomada de decisão. Então, em essência, o Estado vem exercendo a função que é talvez a mais nobre, que é dar esse suporte, dar esse arcabouço para tomada de decisão e apoiar no que o município precisar, de acordo com a sua condição específica”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Ok. Obrigada, Diogo. Passo a palavra ao conselheiro Tobias”. Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): “Eu quero parabenizar a equipe da Semad, por estar desenvolvendo esse trabalho. É importantíssimo a castração, o Movimento Verde também atua na proteção de animais, aqui em Paracatu, mas antes de seguir com essa ideia de castração, essa ampliação ela tem que acontecer conjuntamente com o centro de acolhida desses animais. Aqui em Paracatu, como foi divulgado, nós podemos visualizar na IDE-Sisema, que Paracatu foi atendido com a castração. E sim, foi mesmo, mas tivemos um problema muito grande na cidade, porque quando se castra um cachorro ele é igual uma criança, ele não fica quieto, ele não comporta tão tranquilamente e acaba por ter complicações no pós-cirúrgico, entendeu? Então eu acho que essas ações de castração devem continuar com certeza, mas elas devem ser acompanhadas de um centro de acolhimento, seja ele qual for, seja ele de uma instituição, seja de uma voluntária, ou de uma cuidadora qualquer, que receba algum auxílio, por parte do Estado ou da Prefeitura, para que esse cachorro fique mais

quieto, fique sendo cuidado e não tenha essa complicação no pós-cirúrgico, porque aconteceu aqui. Então fica a dica para as próximas campanhas, que os animais castrados tenham esse acompanhamento, para que possam se recuperar. Além disso aqui em Paracatu nós estamos caminhando para no ano que vem termos um 'Centro de Acolhimento e Tratamento Temporário', a gente chama de Cata Temporário. É uma iniciativa do Movimento Verde junto a Prefeitura de Paracatu, que a gente vai estar fazendo exatamente esse local de acolhida, mas estamos com um problema muito grande que é arrumar o local ideal. E aí eu quero aproveitar aqui a presença do Ministério Público, o pessoal da Semad, todo mundo está aqui, para que muitas vezes alguém me ajude a conversar com alguém do Caoma, porque aqui em Paracatu foi instalado um local de acolhimento de animais silvestres, eu não sei se é Cetras ou Cetas, instalado aqui em Paracatu e está abandonado! E em conversas com o Ministério Público local eu não consegui que esse local fosse disponibilizado para o Movimento Verde ou para a Prefeitura para montar o Cata Temporário. Já buscamos informações para todo lado, foi construído com verba do Ministério Público, do Caoma e está abandonado. A Promotora aqui não ajuda, não quer saber de ajudar, então eu preciso da ajuda de alguém, porque a partir do ano que vem, nós teremos uma verba destinada pelo Prefeito para atender a causa animal, para acolher os animais castrados, para acolher animais acidentados, para também castrar por iniciativa própria, mas eu preciso de um local. E eu não sei muito bem quem está à frente disso, mas se alguém tiver a condição de nos apoiar nessa demanda, nessa solicitação ao Ministério Público ou a quem for, que nos ajude, comente aqui para que possamos correr atrás dessa parceria. Acreditamos que a partir do ano que vem, consigamos atender mais de 100 animais, mensalmente. Obviamente que a ideia é recebermos os animais, realizarmos a castração e devolvermos ao ambiente dele. A ideia inicial do projeto na Prefeitura é que a gente castre, trate, reabilite e devolva para onde o cachorro estava, antes da gente coletar ele. Então, peço ajuda a todos, e quem puder nos ajudar com essa demanda será muito bem-vindo. Estamos precisando imediatamente de um local. Obrigado". Presidente Marília Carvalho de Melo: "Obrigada, Tobias. Eu vou passar para o Diogo e para o Rodrigo, o doutor Lucas não está mais na reunião, mas a gente pode obviamente passar essa informação a ele. A responsável pela gestão da fauna doméstica no Ministério Público é a Dra. Luciana, tem uma coordenadoria específica de fauna e ela que coordena. Então você também pode acioná-la". Diogo Soares de Melo Franco (Superintendente/Suga): "Eu gostaria primeiro de lhe parabenizar, Tobias, pela sua atitude, pelas suas palavras. Eu fico muito satisfeito quando eu ouço esse tipo de manifestação, porque vejo o engajamento da sociedade, diante do desafio que a gente mencionou aqui. Então queria parabenizar você e a ONG Mover, pedir que vocês se cadastrem no nosso cadastro de entidades, que atuam com a fauna doméstica, não sabia dessa atuação. Nós temos uma parceria boa com o município e creio que será possível ajudar de diversas formas, pensar em um projeto conjunto. Nós temos contato com o Prefeito, o Igor, ele é um prefeito sensível. O Rodrigo vai deixar o contato dele aí no chat, e a gente tem diversas formas de atuar, também em parceria com o Ministério Público. E a sua ideia é isso mesmo Tobias, porque uma política isolada não resolve, a castração é importante, mas junto com a castração tem que ter a microchipagem, tem que ter a adoção, tem que ter o tratamento, tem que ter o Centro de abrigamento, triagem, voltado para tratar esse animal e eventualmente colocar ele para adoção. A Secretária Marília citou o caso dos animais comunitários, então cada situação vai ter soluções específicas e só quem está na ponta, é que pode ajudar a gente a pensar nas melhores soluções. Vamos atuar junto aí em Paracatu, a cidade é muito importante, eu acho que ela pode servir de exemplo, de referência, para os demais municípios da região e certamente vamos conseguir fazer uma coisa interessante. Parabéns, Tobias". Conselheira Maria Dalce

Ricas (Amda): “Boa tarde a todos, desculpe o atraso, estava participando de outra reunião importante, também. Eu queria aproveitar a discussão sobre os animais domésticos, para solicitar à Semad e ao IEF que desenvolvam ações mais concretas no sentido de abordar e resolver o problema do abandono de animais domésticos, principalmente cães no Parque Estadual da Serra do Rola Moça. É triste, hoje nós temos voluntários que fazem das tripas coração para poder recolher animais e tratá-los, mas toda semana, todos os dias, são abandonados novos animais dentro do Parque. Além do sofrimento em si dos bichos, que acabam morrendo de fome, de sede, predados ou estando selvagens acabam matando a fauna doméstica, nós temos os impactos justamente sobre essa fauna. Então é preciso urgente que haja uma ação, porque a proximidade do parque com a zona urbana desencadeou esse processo, infelizmente. Quando vocês passarem por lá, observem, sempre tem um animal esquelético, desesperado na beira da estrada, abandonado por alguém que considera os animais como se fossem coisas”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheira. Está registrado e vamos pensar, Elce e Diogo, em uma forma de fazermos um trabalho conjunto com os municípios, ali nós temos o município de Nova Lima que inclusive tem feito um bom trabalho de fauna doméstica, mas pensar em uma ação específica e vamos retornar aqui Maria Dalce, com uma posição. Conselheira Maria Teresa, nós respondemos as suas questões e conforme a sua solicitação, na próxima reunião do Copam nós vamos fazer uma apresentação específica sobre fauna Silvestre. Não há mais manifestação de nenhum conselheiro, antes do encerramento, informar que houve manifestação no chat, de pedido de vista de mais três entidades em relação ao Regimento Interno, por parte do conselheiro Alexandre Valadares Mello, do Ibram e do conselheiro Cleinis de Faria e Silva, da ACMinas, além da conselheira Maria Dalce, da Amda. Tendo em vista que não há prejuízo regimental a esse pedido, e que todas as contribuições são bem-vindas, nós estamos acatando e que as três entidades tenham pedido de vistas, juntamente com as outras já citadas, anteriormente”. **Item 7. Encerramento.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença e as contribuições de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada essa ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Valéria Cristina Rezende

Secretária Executiva da Semad, designada para responder pela função e atribuições, próprias e delegadas

de Secretário de Estado da Semad, conforme ato publicado dia 26/02/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Cristina Rezende**, **Secretária Executiva**, em 18/10/2022, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **54716736** e o código CRC **9007F39B**.

Referência: Processo nº 1370.01.0045443/2022-65

SEI nº 54716736